

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

A EVOLUÇÃO DA INFLAÇÃO DA 1ª CRISE DO PETRÓLEO À FASE PRÉ-REAL

Mariana Martins Rosas e Silva
No. de matrícula 9814675-7

Orientador: Luiz Roberto de Azevedo Cunha

Dezembro de 2001

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

A EVOLUÇÃO DA INFLAÇÃO DA 1ª CRISE DO PETRÓLEO À FASE PRÉ-REAL

Mariana Martins Rosas e Silva
No. de matrícula 9814675-7

Orientador: Luiz Roberto de Azevedo Cunha

“Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realizá-lo, nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor.”

Dezembro de 2001

“As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor”

“...uma alteração no valor do dinheiro, isto é, no nível de preços, é relevante para a sociedade apenas na medida em que sua incidência é desigual.”

John Maynard Keynes,

Tratado sobre a Reforma Monetária, 1923

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Luiz Roberto de Azevedo Cunha, pelo apoio, seriedade e competência na orientação deste trabalho.

À minha família, pelo carinho e compreensão no decorrer dessa jornada.

Ao Rodrigo Simões Atherino, pela atenção e auxílio muito importantes para a superação desse desafio.

ÍNDICE

<i>Folha de Rosto</i>	<i>1</i>
<i>Termo de Responsabilidade</i>	<i>2</i>
<i>Citação</i>	<i>3</i>
<i>Agradecimentos</i>	<i>4</i>
I. INTRODUÇÃO	7
II. 1974-1980: OS ANOS DE AJUSTE COM A NOVA PRESSÃO INFLACIONÁRIA	14
II.1. CENÁRIO.....	15
II.2. MEDIDAS DE GEISEL APÓS CRISE DO PETRÓLEO.....	16
II.3. O GOVERNO FIGUEIREDO.....	22
III. 1981-1985: A CLARA PERDA DE CONTROLE INFLACIONÁRIO PÓS-CRISES	24
III.1. ECONOMIA ANOS 81-84.....	24
III.2. CENÁRIO POLÍTICO E O COMBATE GRADUALISTA À INFLAÇÃO EM 85.....	28
IV. 1986-1989: OS FRACASSOS DA ESTABILIZAÇÃO	31
IV.1. ESTUDOS SOBRE INFLAÇÃO CRÍTICA	31
IV.2. PLANO CRUZADO (28/02/86).....	36
IV.3. PLANO BRESSER(12/06/87).....	39
IV.4. PLANO VERÃO(15/01/89).....	40
IV.5. O PLANETA E OS CHOQUES HETERODOXOS.....	40
IV.6. OS ANOS DE 86 A 89 POR SIMONSEN.....	42
V. 1990-1992: O MEDO DA HIPERINFLAÇÃO	43
VI. CONCLUSÃO	46
BIBLIOGRAFIA	49

ÍNDICES TABELAS

TABELA 1

Taxas de Crescimento do PIB e dos Preços (1964-1966).....9

TABELA 2

Efeitos de Ajuste da Economia após Primeiro Choque do Petróleo.....14

TABELA 3

Indicadores macroeconômicos em % aa.....18

TABELA 4

Valor do índice em Janeiro de 1970 e 1985.....28

I. INTRODUÇÃO

Ao longo do Curso de Economia , inúmeros assuntos interessantes , com potencial para um estudo mais aprofundado, foram apresentados. Merece destaque o fenômeno da Inflação que, durante longo período, foi uma das maiores preocupações da população brasileira. A busca pela estabilidade monetária juntamente com o crescimento econômico passou a ser uma realidade na História da sociedade brasileira.

A inflação antes era vista e discutida como um fenômeno passageiro, surgindo em períodos de expansão e auge do ciclo econômico, ou então aparecendo durante desajustamentos econômicos como pós-guerras. Portanto, nesses períodos, em que todos os agentes da sociedade apresentam relações distorcidas, favorecem esse fenômeno da inflação¹. Apenas no momento em que o processo inflacionário é detectado com frequência mesmo fora desses cenários citados acima, deve-se olhá-lo com preocupação e programar o início de um plano de ação já que diversos problemas para a sociedade podem ser resultantes dele.

A análise das políticas de estabilização adotadas em cada época é a base para discussão dos mais diferentes autores. Isso é devido ao fato de que a grave situação econômica do país é sempre motivação aos estudiosos dedicarem seu conhecimento especializado à elaboração de teses e diagnósticos quanto à forma de combate à inflação.

Tal produção teórica sempre pretende estar em consonância com o quadro político e social do momento em questão, já que em momentos críticos da História da Economia brasileira observa-se um volume bem maior de estudos que analisam as soluções possíveis para desvencilhar o país da crise.

¹ Bresser, Luiz .*Inflação e Recessão* , São Paulo,Ed.Brasiliense,1984.

Já que compete ao meio acadêmico o estudo das causas e conseqüências de fenômenos, visando sobretudo à preservação da memória de períodos estudados, a inflação, em seus momentos mais críticos causador de instabilidade econômica e social, merece todo o cuidado exigido quando se deseja estudá-la.

O Tema proposto para esse trabalho é “A Evolução da Inflação Brasileira da Primeira Crise do Petróleo até a Fase Pré-Real ”. Isso porque a escolha do ponto de partida do estudo baseia-se no fato de que a partir da Primeira Crise do Petróleo em 1973, a inflação brasileira adquiriu uma nova tendência: crescente. Desde 1964, o índice de preços vinha apresentando um declínio. Entretanto, a partir da crise mencionada acima, a inflação adotou essa trajetória positiva que foi objeto de muitas análises e de “propostas terapêuticas” de estudiosos. Planos econômicos proliferaram visando o controle da inflação e a conseqüente estabilização da economia ao longo desse período de 20 anos escolhido para o estudo.

Sendo assim, é muito rica a discussão desse período até fase anterior ao retorno do controle da inflação - que é a implantação da primeira etapa do Plano Real (URV) - devido à extensa bibliografia dedicada a análises das políticas governamentais e cenários econômicos desses momentos da nossa História. Essa bibliografia será fonte das analogias e reflexão que resultaram nessa Monografia. Esse trabalho, portanto irá identificar as causas e conseqüências do processo inflacionário brasileiro baseando-se na comparação das visões de especialistas que discutem a realidade dos setores econômicos sob a influência desse fenômeno.

Para entender a situação em que o país se encontrava após a crise do Petróleo, deve-se dar um passo atrás para enxergar suas bases mais recentes.

A economia brasileira começou a apresentar inflação persistente e alta na década de 60, que levou à introdução do PAEG em 1964, plano que visava buscar crescimento econômico eliminando o empecilho da inflação. Depois do governo de Juscelino Kubichek foi observada no país uma estagnação da economia que chocou-se com a imagem anterior de crescimento altamente positivo visto na época de JK que foi devido aos grandes

investimentos em infra estrutura e na criação de Brasília, capital do país. Assim sendo, a partir do golpe militar que tirou João Goulart do poder, implantou-se, com a dupla Campos e Bulhões, o plano PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo) .

Algumas vantagens foram obtidas a partir desse plano de estabilização, como ocorreu entre os anos 1964-1966. Porém, o resultado geral foi aquém dos objetivos conforme podemos perceber através da Tabela 1 abaixo.

Tabela 1
Taxas de Crescimento do PIB e dos Preços (1964-1966)

	1964		1965		1966	
	Prev	Real	Prev	Real	Prev	Real
Cresc. Econ PIB	6.0	3.1	6.0	3.9	6.0	4.4
Elevação Preços ao atacado	80.0	93.3	25.0	28.3	10.0	37.4

Fonte: Fundação Getúlio Vargas

Observou-se que a realização de novos investimentos não foi motivada nos anos do PAEG. Apesar da contenção da demanda agregada ter sido a forma escolhida para tentar reduzir a inflação, o baixo resultado no crescimento do PIB refletia a falta de preocupação em melhorar o nível de investimento por parte do governo.

O diagnóstico da causa da inflação brasileira feito pelo PAEG indica que seria uma inflação de demanda- governo gastava mais do que arrecadava e a renda da sociedade era superior à produtividade. Por isso, a solução dada pelo governo no PAEG foi restringir a demanda de forma extremada, através de elevada carga tributária e aumento de tarifas públicas. Isso não solucionou, como se percebe através dos dados, os problemas brasileiros, uma vez que perpetuação da inflação e queda do ritmo de crescimento econômico se faziam presentes. A aparente conclusão advinda do fato de que pressões de demanda provocavam a subida dos preços era causada pela inflação de custos, segundo Celso L. Martone². A transferência dos aumentos de custos para o consumidor eram possibilitados pela também expansão dos salários do lado da demanda. Assim, com a

² MARTONE, Celso L..Análise do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG)1964-1966

retração da demanda e com o aumento dos custos , os preços continuavam a subir, mostrando o fracasso do PAEG com relação à inflação.

Entretanto, tal plano foi uma experiência muito importante para as autoridades brasileiras perceberem o fenômeno inflacionário com outros olhos. Foi um programa que tinha como objetivo o crescimento da economia. A inflação era vista como empecilho ao crescimento, assim como a restrição do Balanço de Pagamentos.

Alguns resultados econômicos foram relevantes ao final do plano. A inflação foi reduzida de 80-90% ao ano no início do plano para 25% em 1967 (tal redução foi ainda continuada com passo ainda mais forte no período seguinte, conhecido como “Milagre Econômico”). O Déficit fiscal em relação ao PIB que estava em 4,2%, foi para 1,1% em 1966. Isso ocorreu através de contenção de gastos, reforma tributária e “inflação corretiva”(aumento de preços e tarifas públicas de bens e serviços gerados pelo governo) que levou ao equilíbrio financeiro brasileiro, mas também estagnou a economia. O governo passou a diminuir a participação das autoridades monetárias no financiamento do déficit, e passou a ser bem mais eficaz. Além disso, o Balanço de Pagamentos ficou positivo em 1966 com saldo de reservas externas de 400 mil dólares.

As metas não foram atingidas até 1967 então com a posse de Costa e Silva, buscou-se um outro tipo de postura diante dos problemas econômicos. A liderança foi tomada por Delfim Netto no Ministério da Fazenda.

Após o fim do PAEG e a outorga da constituição de 1967, os Governo de Costa e Silva (1967-1969) e, principalmente, de Médici (1969-1974) ficaram conhecidos como pertencentes ao período do “Milagre Econômico”. Esse período se destaca pelo nível de crescimento que galgava patamares mais altos a cada ano e também pela queda contínua da inflação brasileira. O entusiasmo da sociedade brasileira diante dessa nova conjuntura era também um fator relevante, uma vez que se tratava de um período do Governo Militar que necessitava de apoio de todas as frentes para ter mais liberdade no poder.

A primeira crise do Petróleo em 1973 provocou o fim desse “Milagre Econômico” que vinha ocorrendo no Brasil. O Programa I PND, responsável pelo sucesso econômico

do país no “Milagre” e implantado após o PAEG, visou eliminar os problemas que o plano anterior não conseguiu: a estagnação da economia e baixa na Inflação.

Aparentemente, o programa estava funcionando uma vez que no período 1967-1973 a Inflação média foi de 20% ano e o crescimento econômico médio de 11% ao ano. Ao mesmo tempo, a indexação da economia em vários setores teve sua generalização mais efetiva no governo Costa e Silva, apesar de ter sido aplicada desde o PAEG. A indexação, no entanto, era caracterizada também por ser um realimentador da inflação, apesar de permitir um ambiente de baixa inflação com crescimento acelerado através do uso da correção monetária- como ocorreu no “Milagre Econômico”.

O desenvolvimento apresentado entre os anos 1968 a 1973 foi possível em parte pela conjuntura deixada pelo PAEG. A partir daí , com a introdução de medidas estimulantes para o crescimento econômico, para o setor privado e para a liberdade do mercado juntamente com subsídios e incentivos governamentais, é notória a posição marcante do Governo nessa época de bons resultados.

Pode-se entender o nível de otimismo com relação ao desenvolvimento econômico do país a partir da valorização da moeda nacional brasileira em 1973 realizada por Delfim Netto, com a justificativa de que tal fato incrementaria ainda mais o sucesso econômico.

“...em 1973 o cruzeiro experimentou a primeira valorização nominal em meio à avalanche de capital emprestado...”³

Deve-se lembrar também que esse período teve como cenário a expansão do mercado mundial, sendo a escalada norte-americana com a Guerra do Vietnã um dos potenciadores dessa demanda do comércio mundial.

Além disso, nos países industrializados, a inflação era encarada com tolerância pois argumentava-se que era fruto do sistema de taxas fixas de câmbio que produz problemas em meio a tantas taxas de inflação diferentes. Essa seria o modo de encarar a inflação como custo para se atingir a prosperidade econômica.

O financiamento externo abundante foi outro fator essencial para que essa conjuntura favorável para o país fosse executável, já que os juros internacionais eram razoáveis e o governo se permitia exceder os gastos públicos. Esses foram alguns dos fatores que favoreceram o período até 1973, e, portanto, ajudaram à legitimação do governo militar mais rígido. A presença do autoritarismo facilita a implementação de medidas de âmbito econômico-social já que não é necessário justificar suas atitudes. No entanto, com sua legitimação, o governo ditador fica ainda mais forte.

Entretanto, o evento da quadruplicação do preço do barril de petróleo no mundo em 1973 barrou as grandes expectativas do país com relação à futura transformação em grande potência mundial. O governo se viu diante de duas opções: repassar tal choque de preços para a sociedade resultando em uma desvalorização da moeda brasileira; ou absorver o choque levando à uma busca por financiamento externo para tentar continuar a crescer.

De acordo com Dionísio Dias Carneiro⁴, a sociedade brasileira não atentou com cuidado ao problema mundial que surgiu no ano de 1973: o aumento do preço do insumo de variados processos de produção, que é o petróleo, encareceram excessivamente esse setor da economia. Os jornais não davam a necessária importância para o fato, induzindo a população a não encarar o momento com a necessidade de busca por soluções mais viáveis. O Governo, nesse momento, optou por continuar realizando empréstimos visando a continuação do crescimento econômico observado no Milagre Econômico, não levando em conta o cenário mundial de crise. Objetivavam ganhar tempo com o alto nível de crescimento econômico, ajustando os preços relativos de forma “gradual”- já que o período era de excesso de liquidez de capitais externos. As medidas governamentais que refutavam a idéia do repasse do preço do Petróleo para os preços internos, objetivavam sustentar o crescimento ao custo do aumento da dívida externa.

Apenas em 1975 o governo lançou mão de políticas que levavam em conta a nova situação econômica mundial. O II PND foi idealizado considerando a escassez de capitais estrangeira, quando comparou-se ao período anterior, fase em que o excesso de capitais era

³ CARNEIRO, Dionísio Dias. *In A Ordem do Progresso*, Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1990.

⁴ Op. Cit.

significativo e foi base das ações governamentais dos anos imediatamente posteriores à crise petrolífera.

Até a Segunda crise do Petróleo o governo tentava contornar os novos problemas , com esforço de toda população como é possível observar nos dados a serem apresentados no 1o capítulo dessa dissertação.

De posse desse conteúdo histórico , é possível analisar com mais propriedade os períodos do processo inflacionário brasileiro a que se dedica esse trabalho. Ele está dividido em 4 partes, de forma cronológica. Após finalizada esta Introdução, o 2º Capítulo apresenta os anos 1974-1979. A discussão sobre a economia brasileira a partir da 1ª Crise do Petróleo datada em 1973 está presente nesse capítulo, sendo a contribuição de análises de Dionísio Dias Carneiro , Pedro Malan e Mário Henrique Simonsen e de outros estudiosos muito relevantes para a avaliação pessoal desse período. O 3º Capítulo se dedica à análise dos anos 1980-1985, período do governo de Figueiredo e de conturbações econômicas provocadas em 1979 pela 2ª Crise do Petróleo e pela recessão mundial. Utilizou-se para o estudo desse capítulo trabalhos de vários especialistas no assunto , como Dionísio Dias Carneiro, Eduardo Modiano e Francisco Lopes. O 4º Capítulo baseia-se no estudo das posturas econômicas do primeiro governo pós - regime militar, que perdurou entre os anos 1986-1989. Francisco Lopes, Eduardo Modiano, André Lara Resende e Mário Henrique Simonsen muito contribuíram para as considerações acerca do período. O estudo da teoria econômica heterodoxa é feito nesse capítulo utilizando os planos de estabilização implantados nesses anos com tal perfil. Já o 5º Capítulo procura analisar os anos que antecederam o Plano Real, estudando o período 1990-1993, em que planos de combate ao fenômeno de uma inflação que quase chegou à hiperinflação são discutidos. O material de Antônio Mattos, Manuel da Fonseca e Mário Henrique Simonsen foi muito útil para entender o contexto desses anos. Por fim, apresenta-se a Conclusão que pretende desenvolver o que foi visto como também consolidar considerações finais face às teorias estudadas ao longo do trabalho.

II. 1974-1980: OS ANOS DE AJUSTE COM A NOVA PRESSÃO INFLACIONÁRIA

A fase de 1973 a 1980 caracteriza-se principalmente pela ocorrência da conhecidas crises do petróleo, sendo o ponto inicial de estudo desse trabalho primeira crise em 1973, que foi um marco na história econômica do mundo inteiro. No Brasil, durante este período foram observados os esforços políticos para a superação da nova trajetória da inflação provocada pelas Crises do Petróleo.

Países importadores do petróleo sofreram com o impacto dos preços, ocasionando um déficit em conta corrente cada vez mais profundo. A tabela 2 apresenta alguns dados que proporcionam a maior ambientação deste período histórico. A elevação do déficit, assim como o aumento proporcional desse déficit com relação ao PIB, são outros dados que nos remetem à reflexão a respeito do momento econômico brasileiro com o aumentos dos preços do petróleo.

TABELA 2

Efeitos de Ajuste da Economia após Primeiro Choque do Petróleo

	1973	1974	1975	1976	1977	1978
Déficit C/C(US\$bi)	1.7	7.1	6.7	6.0	4.0	7.0
Poup.Ext/PIB(%)	2.1	6.8	5.4	4.0	2.3	3.4
Poup.Ext/Inv. Bruto(%)	7.8	22.4	16.8	14.4	8.9	13.3

Dados Banco Central e FGV.

Apesar da crise do petróleo, os países importadores de Petróleo tiveram o apoio externo através de financiamentos e empréstimos do exterior para cobrir o déficit

provocado pelo “caro” petróleo. Assim sendo, essa excessiva liquidez, que se mostrou muito eficiente no governo Médici - por promover o crescimento da economia brasileira e assim ajudar na legitimação do governo militar - induziu o governo Geisel, que assumiu nessa época, a propor uma abertura política “lenta, gradual e segura”.

II.1.Cenário

O Governo Geisel adotou uma clareza mais evidente em suas ações políticas haja vista sua prioridade que era distensão política. O presidente “pós - choque do petróleo” adotou uma equipe mista já que o ministério do Planejamento do governo Médici foi mantido enquanto o da Fazenda, antes liderado por Delfim Netto, passou para Mário Henrique Simonsen que adotaria uma postura mais ajustada ao momento.

O ministério do Fazenda, no comando de Mário Henrique Simonsen, percebe que é necessário um controle de preços na economia indexada brasileira diante da nova conjuntura mundial. Regras de indexação para o salário, usadas desde o PAEG, são consideradas formas de repasse da inflação sem o proporcional acompanhamento da produtividade, já que, caso contrário, os preços seriam alterados. Além disso, com o custo fixo corrigido, as margens de lucro das empresas também o eram.

Em resumo, a economia encontrava-se indexada em todos os níveis, levando à interpretação de que a tolerância quanto à inflação era fato, uma vez que a indexação realimenta a inflação por trazer ao momento presente àquele índice do passado para promover o reajuste. Milton Friedman⁵, prestigiado economista, nessa época, propôs uma teoria baseada na indexação salarial como adversário da inflação tendo como evidência empírica o sucesso do país durante o Milagre Econômico – período em que mesmo com correção monetária, o país atingiu grande crescimento e baixa na inflação. Portanto, percebe-se que nesse tempo os problemas que são acarretados pela indexação não eram notados.

⁵ SIMONSEN, Mário Henrique, *30 anos de Indexação*, Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1995.

II.2. Medidas de Geisel após Crise do Petróleo

É válido ressaltar que, sendo como cenário político a ditadura, o governo estava sempre em busca da legitimação de sua conduta rígida. Com isso, o governo deseja permitir que o crescimento da economia, que batizava o período anterior à crise petróleo de “Milagre Econômico”, não se esvaísse e continuasse a justificar e até aumentar o poder da ditadura brasileira.

No entanto, com os novos eventos no mercado de petróleo como foi dito, o governo se vê deparado com o dilema de como agir diante desses acontecimentos. A elasticidade-preço dos agentes do mercado preocupam, já que o governo possui duas alternativas: ou desvalorizar o câmbio, ajustando a economia e os preços relativos, ou ajustar a oferta, mantendo a trajetória de crescimento que vinha apresentando até 1973.

O governo escolhe a visão de curto prazo, logo decide absorver o choque de oferta, demonstrando ter informações deficientes a respeito da economia mundial, conforme Dionísio Dias Carneiro exemplificou ao argumentar, que segundo os jornais da época, poucas análises foram referentes às circunstâncias do período.

“A leitura dos jornais da época não evidencia que tenham as autoridades brasileiras, em nenhum momento do primeiro ano de governo, demonstrando consciência acerca das novas restrições mundiais.”⁶

A atitude do governo diante do choque mundial ficou baseada em um sistema tarifário controlando as importações e exportações através de subsídios, isto é, incentivos que fñdam por provocar a ampliação da inflação e maior intervenção do Estado na Economia brasileira.

Portanto, com Geisel como Presidente da República em 1973, várias decisões foram tomadas diante da nova conjuntura. Dionísio Dias Carneiro⁷ apresenta as circunstâncias de cada uma das decisões de Geisel direcionadas à política de curto prazo.

Primeiramente, Dias Carneiro apresenta que a desrepressão dos preços através da remoção dos controles artificiais introduzidos como “inflação corretiva” permitida desde

⁶ CARNEIRO, Dionísio Dias. *In A Ordem do Progresso*, Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1990.

1964 como o PAEG foi uma das decisões de Geisel visando a distensão. Logo identifica-se a reforma do controle de preços com tal atitude.

Outra decisão foi a iniciativa de dar clareza as regras de indexação, isto é, oficializar a correção monetária. Tal atitude provocou especulação aberta com os títulos de Correção Monetária. Além disso, o fato de os juros serem controlados até 1976 indica que os controles monetários foram subestimados para realizar o controle da liquidez interna. Com base nisso, o primeiro ano do governo Geisel foi expansionista.

Nesse governo ocorreu também a quebra do banco HALLES, o maior banco privado do país. Houve intervenção governamental (através de empréstimos do BB ao setor privado ou com o uso das reservas internacionais⁸). O governo começa a mostrar tolerância com a inflação mais alta já que, depois da quebra do grupo HALLES, foram percebidas, além do recrudescimento da inflação esperada, atitudes do governo para acalmar o mercado. Esse fato evidencia a atividade do Estado mais forte nas relações da sociedade.

O próprio choque do petróleo também é considerado como um dos fatores decisivos nos resultados de crescimento líquido real brasileiro: em 73 era de 25%, passando em 74 para índices negativos. Esses números demonstram com clareza o impacto da primeira crise na nossa economia.

As altas taxas de juros da economia é outro exemplo da postura monetária restritiva do governo nesse momento crítico em que deve-se freiar a demanda agregada. Por último, Dias Carneiro apresenta como empecilho a lei 6147/74 que rege a correção salarial. Essa regra visava eliminar que a subestimação da inflação afetasse a renda real dos trabalhadores uma vez que ela baseava-se na média dos salários mais correção monetária.

É notório, portanto, que o governo de Geisel enfrentou problemas de setores diversos. A partir de 1975 a política restritiva adotada por eles em uma conjuntura inflacionária e de insatisfação por parte dos empresários, demonstra a inclinação pela defesa do crescimento

⁷ CARNEIRO, Dionísio Dias. *In A Ordem do Progresso*, Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1990.

⁸ Op.cit.

a qualquer custo, provavelmente gerado pela lembrança do milagre econômico estar ainda fresca.

É notório, a partir da tabela 3 abaixo, que os esforços a partir da crise do petróleo produziram efeitos significantes nos gastos do governo ,na oferta de moeda e no PIB.

TABELA 3
Indicadores macroeconômicos em % aa

ANOS	Oferta de Moeda	Despesas de Governo	PIB
1973	27	19	14.0
1974	-1	3	9.0
1975	10	1	5.2

Fonte:⁹ Banco Central

Ajustamentos foram necessários depois da quadruplicação dos preços, uma vez que o crescimento econômico diminuiu drasticamente. O Governo começou a reduzir seus gastos visando o decréscimo da inflação e controle das despesas.

O ano 1974 apresentou uma desaceleração muito brusca na aceleração do crescimento econômico(de 30% para 1,4%). A expansão da demanda global seria a solução para diminuir a inflação. Assim sendo, para que essa expansão de demanda se ajustasse ao problema de crescimento da economia, passou a ser a norma de tolerar as altas de inflação com o fim de evitar maiores perdas.

A aversão do país à idéia de recessão e a falha das regras de indexação que não levavam em conta choques de oferta foram alguns dos fatores que promoveram uma estagnação no setor industrial muito crítica e a alta da inflação. Mesmo depois da introdução dos “expurgos de accidentalidade” nas regras de indexação que permitiam a absorção da indexação efetiva nos salários e rendimentos financeiros em tempos de desequilíbrios, não houve muito efeito uma vez que em 1976 a inflação já atingia 40% anuais.

⁹ MALAN, Pedro, *Os limites do possível: notas sobre balanço de pagamentos e indústria nos anos 70*, in projeto em andamento INPES sobre o tema Industrialização e Setor Externo, Rio de Janeiro, 1976

Mário Henrique Simonsen, em seu artigo “A inflação e o pensamento econômico brasileiro”¹⁰ afirmou que a análise do modelo em que se previa uma subida da taxa de inflação quando ocorresse choque de oferta (realimentação) explicaria o porquê da subida da inflação após o choque do petróleo de 1973. Porém, os dados mostram que outros fatores foram influentes nesse incremento de inflação.

Logo, como a partir de 1975 os financiamentos externos começaram a se tornar mais escassos, levando ao governo a mudar de postura, Pedro Malan e Bonelli¹¹ sugeriram que a escassez de liquidez foi o principal promotor do II PND. Ou seja, o governo começou a buscar diferentes fontes de luta contra a inflação diante das novas características do mercado mundial.

Os surtos periódicos da inflação brasileira mostraram que a acomodação com relação ao comportamento da inflação a partir de 1975 eram preocupantes. A aprovação do II PNB mostrou que o governo passou a considerar suas metas de longo prazo, não mais apenas os problemas de ajuste de curto prazo.

Uma das faces constitutivas do II PND era o desenvolvimento das estatais através de volumosos recursos. Acreditava-se que as estatais exerciam grande influência na formação do capital bruto e, como consequência, no recrudescimento do PIB brasileiro. Logo, o objetivo de crescimento econômico continuava a ser uma meta suprema.

Esses resultados foram produzidos também pelo alto endividamento externo, através de títulos, que promovia os altos investimentos na infra estrutura das estatais brasileiras. Uma alta liquidez era presente na economia nesse momento. A mudança do padrão da estrutura produtiva realmente foi identificado como um dos efeitos do II PND. O Banco Central também apresentou uma injeção de recursos nos bancos do país, na medida da necessidade de financiamento de cada um dos agentes do mercado financeiro. Isso foi chamado de “refinanciamento compensatório”, já que ao invés dos bancos realizarem o

¹⁰ SIMONSEN, Mário Henrique. In VELLOSO, João Paulo dos Reis(coord) *Brasil: Agenda para sair da Crise- Inflação e Déficit Público*.

¹¹ MALAN, Pedro, *Os limites do possível: notas sobre balanço de pagamentos e indústria nos anos 70*, in projeto em andamento INPES sobre o tema Industrialização e Setor Externo, Rio de Janeiro, 1976

depósito compulsório (reservas), o Banco Central é que o fazia em relação a cada banco. Percebe-se, com isso, que a perda financeira do período era coberta pela ajuda do BC.

Conforme foi explicado, o ano de 1975 foi um ano marcante para que os futuros rumos da economia brasileira fossem teorizados. Malan e Bonelli¹² apresentaram um estudo visando estabelecer a situação da economia brasileira, principalmente no setor industrial, que após o primeiro choque do petróleo, apresentou queda da taxa de crescimento da produção real para cerca da metade da expectativa dos últimos anos; déficit no balanço de pagamentos com maior proporção relativa do PIB internacional; taxa de inflação aumentou com exceção da queda observada de 74 para 75; desaceleração industrial para cerca de um quarto do ano anterior. Essas foram algumas das características observadas como pertencentes à conjuntura brasileira da época que motivaram o estudo desses autores.

A introdução do II PND veio reforçar o caráter de relevância do período. Os autores citados no parágrafo anterior tinham a expectativa diante do II PND de taxas médias de crescimento de 10% em 1979, mesmo com uma inflação implícita de 15% em 1975 e crescimento das importações e exportações de 20% em 1974 - a manutenção da substituição do déficit em 1974 era de certa forma previsível a época de elaboração do plano.

Os anos de 1974 e 1975 foram representativos dos maiores déficits no balanço de pagamentos em Conta Corrente por PIB Internacional, de acordo com Malan e Bonelli. Vários fatores contribuíram. A sociedade brasileira teve gastos 7 a 8% maiores que a capacidade de produção nacional. Assim foi necessário buscar financiamento da diferença dos gastos e produção através de novos empréstimos externos e de redução de reservas nacionais em 2 bilhões.

Com essa estratégia, a situação da dívida externa piorou, já que juntamente com os custos do serviço da dívida, o montante dela já absorvia em 75, cerca de 41% das receitas de exportação. Essa conjuntura, segundo Malan e Bonelli, era considerada resultado de

¹² MALAN, Pedro, *Os limites do possível: notas sobre balanço de pagamentos e indústria nos anos 70*, in projeto em andamento INPES sobre o tema Industrialização e Setor Externo, Rio de Janeiro, 1976

“perturbações exógenas” provocados desde 1973 pela quadruplicação do petróleo realizada pela OPEP.

“Com efeito, não nos parece correta a assertativa – implícita nesta interpretação convenientemente simplificadora – de que, não fora a decisão da OPEP, o Brasil poderia continuar reeditando sua expansão de taxas de crescimento do produção real próximas a 10%, com inflação se não cadente pelo menos constante, e Balanço de Pagamentos no global superavitário.”¹³

Assim que houve a crise, a demanda foi expandida para que a inflação produzida pelo choque do petróleo se retraísse. Assim sendo, percebe-se a aplicação de uma política que visa o crescimento baseado na formação de oferta e demanda folgadas ajustadas a curto prazo. Entretanto, o governo resolveu assumir a tolerância mediante a alta da inflação pois devido a insatisfação do mercado, deveriam evitar maiores perdas nesse período pós choque externo. Dionísio Dias Carneiro¹⁴ acredita que do ano de 1975 em diante a acomodação com relação a esse tópico tornou-se regra do governo.

Deve-se ressaltar também o fato de que a aprovação do II PND mudou a visão do governo de prioridades: as metas de longo prazo tomaram importância diante do pessimismo generalizado quanto a capacidade de acomodação dos setores perante a nova realidade.

No entanto, os anos seguintes ao II PND foram de expansão da demanda agregada, visando o crescimento econômico como prioridade. A estabilização então tornou-se impossibilitada por esse pessimismo generalizado após o primeiro choque. O medo da recessão não permitia a redução das taxas da inflação.

As decisões tomadas por Geisel com relação à expansão da demanda e repressão das tarifas que vigoravam principalmente ao final de seu governo. No entanto, com a entrada do Ministro Velloso no governo, o rumo da política econômica mudou. Ele acreditava que era necessária a desaceleração da economia para reduzir as taxas de inflação brasileiras. Em 1977, final do governo de Geisel, a política monetária estava mais restritiva, os meios de pagamento e empréstimos do setor privado foram desacelerados e a taxa de juros estava

¹³ MALAN, Pedro, *Os limites do possível: notas sobre balanço de pagamentos e indústria nos anos 70*, in projeto em andamento INPES sobre o tema Industrialização e Setor Externo, Rio de Janeiro, 1976.

¹⁴ CARNEIRO, Dionísio Dias. *In A Ordem do Progresso*, Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1990

positiva, fato que não ocorria desde 1971- mesmo ano em que ocorreu a desvalorização do dólar (fim da conversão do dólar em ouro).

Mesmo com os esforços, ao final do governo Geisel um avanço significativo da inflação apesar da restrição imposta aos preços públicos. Uma seca em 1978 quebrou o ritmo de crescimento da produção agrícola que provocou a necessidade de importação de tais produtos e então impulsionou a inflação.

Outro ponto a ser ressaltado é que o processo de distensão “lenta gradual e segura” proposta por Geisel promoveu uma acumulação de reservas decorrido no saldo do balanço de pagamento, apesar do último ano do mandato ter sido de problemas econômicos sérios . Logo, não houve brusca ruptura na passagem de governos quando Geisel foi substituído posteriormente por Figueiredo.

II.3. O Governo Figueiredo.

Em 1978 , houve mudança de governo, Figueiredo tornou-se o novo presidente da República, conhecido como o último presidente da ditadura militar. Geisel , seu antecessor, tentou promover a abertura gradual lenta e segura, e por conta de variados problemas deixou que essa distensão política fosse finalizada por Figueiredo.

Esse novo governo tentou agregar os dois grupos militares que vinham se alternando no poder desde o golpe militar de 1964. Este governo foi o último governo militar e Figueiredo tomou a forma de presidente da transição da estrutura política brasileira que passaria a faixa presidencial à facção dos civis.

O início do governo Figueiredo deu continuação às políticas de Geisel. Redução de despesas e corte de investimentos eram armas para atingir uma economia austera. No entanto, a partir da segunda crise do petróleo em 1979, a abertura “lenta, gradual e segura” foi prejudicada e a reforma fiscal idealizada por Mário Henrique Simonsen recuou. Este comandava o planejamento no novo governo, promovendo a nova tentativa de ajuste fiscal a partir da melhora da balança de pagamentos e endividamentos externos através do corte

de investimentos. O novo presidente resolveu desistir do plano de Geisel e colocou em prática um plano de estabilização heterodoxo.

Essa política escolhida em 1979 era baseada no controle de juros, na maior indexação de salários, na desvalorização cambial em dezembro e na pré-fixação da correção monetária para que fosse possível manipular a expectativa da taxa de inflação de 1980. Todavia, a economia deixou-se caracterizar pelo endividamento externo sempre crescente para cobrir os gastos com o segundo choque de petróleo.

A política salarial de 1979 baseou-se na redução do espaço de reajuste de um ano para um semestre- supondo que a inflação anual se tornaria semestral. Isso não ocorreu devido à expansão monetária e ao choque do Petróleo que “catapultaram” o nível de inflação.

Sendo assim, a duplicação dos preços do petróleo no segundo choque de 79 e a elevação das taxas de juros internacionais - que já cresciam desde o primeiro choque - foram fatos que indicavam as dificuldades de ajustamento que o país enfrentaria na década de 80.

III.1981-1985: A CLARA PERDA DE CONTROLE INFLACIONÁRIO PÓS-CRISES

As condições que determinam as políticas econômicas do período de 1980-1984 que serão tratados neste capítulo têm suas raízes no período anterior. Os problemas advindos dos financiamentos externos com o fim de suprir nossas necessidades mesmo após as crises do Petróleo, tomam forma com a recessão de 1981.

O combate à inflação e ao déficit em Conta Corrente no Balanço de Pagamentos nos anos de 1979 e 1980 tomou rumo de curto prazo. O governo tinha confiança de que a política monetária tradicional com controle de crédito era a solução. Os anos posteriores em que a economia enfrentou diversos problemas refletiram as conseqüências dessa política.

III.1. Economia anos 81-84

A partir de 1980, ano em que a inflação anual atingiu 3 dígitos pela primeira vez na História, a fuga de capitais estrangeiros transformou-se em rotina para o governo brasileiro. Antes do ano de 1981, a economia brasileira deparava-se com *trade-off* de preços e desenvolvimento.

No entanto, no ano 1981, quando o controle de preços não está mais em evidência, adota-se medidas além da pré-fixação. dos preços. Como por exemplo a contenção salarial através de maiores intervalos de reajuste juntamente com subsídios à área de energia que buscava fontes alternativas.

Apesar da desvalorização de 79 e a limitação das exportações devido a recessão mundial, a rigidez da inflação de 81 chamou a atenção “o efeito das políticas restritivas de demanda sobre a taxa de inflação foi praticamente nulo”¹⁵.

Houve queda de 10% na produção industrial no ano de 1981. Ao contrário do primeiro choque do petróleo, o choque de 1979 produziu escassez de financiamento externo com mais rapidez, elevando os custos de curto prazo. O capital estrangeiro estava ainda mais escasso e os juros internacionais pressionavam também. Essa recessão foi objeto de muitas discussões¹⁶. Lopes e Modiano¹⁷ acreditavam que o aperto monetário de 79 provocou essa retração no resultado econômico dos anos seguintes. Bonomo¹⁸ defendeu a idéia de que a recessão seja resultado da “reversão do movimento de antecipação do consumo induzido pela pré - fixação da correção monetária.

Um acontecimento que chamou a atenção durante esse período estudado nesse capítulo foi o choque agrícola. Ele causou uma desaceleração da inflação no final do ano de 1981 devido a maior safra e também devido ao declínio dos preços exportação.

Esse choque agrícola que possibilitou um declínio da inflação ao final do ano de 81. Entretanto, no ano 1982 esse efeito foi compensado pela pressão dos derivados do petróleo e pela persistência da inflação. As políticas dos anos 81 e 82 foram direcionadas principalmente para a redução da necessidade de financiamento externo através de absorção interna. Isso tornaria a exportação mais atraente que importação. Pôde-se concluir, a partir disso, que a Segunda crise do petróleo estimularia a produção interna. Entretanto, o mundo vivia uma recessão que prejudicou as intenções de exportação, mesmo com a desvalorização feita na nossa moeda em 1979.

Outras saídas para os problemas foram perseguidas. A elevação dos juros, como forma de aumentar a captação de capitais estrangeiros, foi uma arma acionada que incorporava a percepção de aumento na inflação americana- fato que causou um desequilíbrio profundo no meio dos países devedores no mundo.

¹⁵ CARNEIRO, Dionísio Dias. *In A Ordem do Progresso*, Ed. Campus, 1990.

¹⁶ Op.cit.

¹⁷ LOPES, F. L., *O Choque Heterodoxo: o combate à inflação e reforma monetária*, RJ, Ed. Campus, 1986

¹⁸ BONOMO, M., *Controle de Crédito e Política Monetária no Brasil em 81*, TeseMest., PUC/RJ, 1986

O pedido de moratória do México em 1982 retrata a situação em que se encontravam esses países. A situação do país citado era resultado da permanente dependência da sua economia na capacidade de exportação de Petróleo, já que com a Segunda crise do Petróleo e recrudescimento da inflação americana, essa menor demanda conseqüente do país vizinho levou, então, à crise generalizada no país que depende muito de sua capacidade de exportação de petróleo.

No caso do Brasil, vê-se que o país se encontrava com uma trajetória crescente do PIB calcado no endividamento externo. As políticas econômicas dependiam do financiamento estrangeiro para atingir seus objetivos já que a liquidez de capitais era evidente. Assim sendo, com a crise do crédito externo, houve queda brutal no crescimento econômico brasileiro. Quando estourou a recessão no mundo em 1982, os processos de substituição de bens de consumo permitiram a queda de gastos em importação. Nesse ano, ocorreu uma tentativa de prefixação do câmbio brasileiro, e com base nisso, Brasil tentou realizar acordo com o FMI.

Com a moratória do México em 1982 o ajuste parece ainda mais árduo. O governo passou a se reunir com o FMI para que a dívida fosse negociada uma vez que “tentava-se evitar que o FMI fosse item eleitoral”¹⁹ já que as eleições se aproximavam. A conjuntura do ano de 82 vinha representando o momento em que o resto do planeta vivia: crescimento de apenas 1,1%, agricultura que cresceu 9,6% em 80 para 0,6% em 82, inflação de 100% ao ano.

Sem sucesso na tentativa de reversão do quadro econômico, o ano de 1983 caracteriza o ano da descontinuidade do crescimento, já que 1981 e 1982 houve o período de recessão e a mudança de patamar de inflação para 100% ao ano. Os fatores identificados durante esse período foram: agravamento do equilíbrio externo, endogeneidade da política monetária, controle de câmbio, além do momento político conturbado, já que o regime militar estava planejado para ser substituído no final do governo Figueiredo.

¹⁹ CARNEIRO, Dionísio Dias. *In A Ordem do Progresso*, Rio de Janeiro, Ed. Campus

Para Francisco Lopes²⁰, o conceito de inflação inercial é essencial para acompanhar o processo de evolução da inflação desde a crise do petróleo de 73. A crise do balanço de pagamentos por conta desse aumento internacional dos preços de petróleo foi agravada pelo segundo choque do petróleo em 79 e pelas altas taxas de juros internacionais na primeira metade dos anos 80. Assim, o novo patamar da inflação de 100% perpetuou até 1982. Mas em 1983 houve uma nova desvalorização cambial de 30% através de minidesvalorizações diárias da taxa de câmbio. Através disso os anos seguintes atingiram o patamar de 200% ao ano de inflação até 1985.

Em fevereiro de 1983, foi introduzida uma maxidesvalorização cambial que empurrou a inflação ainda mais para cima- nível de 200% ao ano- mesmo com a política de restrição monetária . Tentaram atuar sobre os salários para melhorar o nível de inflação propondo uma desindexação parcial deles. Acabou sendo rejeitado o Decreto-Lei 2.045 que reajustaria os salários em 80% com relação à inflação passada.

Em 1984 , a restrição externa mostra sinais de relaxamento e o país volta a crescer. Esse período demonstrou a necessidade de gerar mega superávits para ajustar o déficit em transação corrente.

Os anos de 83 e 84 são conhecidos como um período em que o país enviou o maior número de cartas de intenção ao FMI – nelas eram trocadas as metas e normas a serem seguidas visando o atingimento dos critérios da instituição exigidos à uma economia indexada em vários níveis como era a brasileira. Ficou claro, nesse sentido, que o período 80/84 apresentou uma inversão do Balanço de Pagamentos pouco comum: o déficit em transações correntes estava em função do Capital. Os itens das cartas de intenção eram as metas de Necessidade de Financiamento do Setor Público, Déficit Operacional, Aumento de endividamento externo líquido e outros. As sete cartas enviadas ao FMI apresentavam objetivos financeiros que significativamente contrastaram com os resultados efetivos do período. A Economia demonstrou ter resultados muito preocupantes ao compará-los com o que era planejado pelo Governo. Isso obrigava-o, então, a buscar crédito através das

²⁰ LOPES, Francisco Lafaiete, *O Choque Heterodoxo: combate à inflação e Reforma Monetária*, Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1986.

negociações com FMI. A partir desses , a Nova República promete ser uma fase bastante árdua para o país.

Os números na tabela 4 abaixo não negam a afirmação de que o Brasil se encontrava em um processo de aceleração inflacionária.

TABELA 4

Índices	Valor do índice em Janeiro de		Aumento dos preços em 15 anos
	1970	1985	
IPA-DI	17,2227	30.660,5	1.780 vezes
IGP-DI	17,0590	26.308,6	1.542 vezes
IPC-RJ	17,16	20.466,4	1.193 vezes

Fonte:²¹IBGE e FGV

III.2 Cenário Político e o Combate Gradualista à Inflação em 85

O cenário político do período de transição do poder para os civis era claro: duas bancadas compostas da Arena que defendiam a proposta de Andreazza e outra de Maluf . No MDB, dentre variadas figuras de peso, Tancredo Neves foi o escolhido, tendo na chapa como vice José Sarney, este, um personagem político dissidente da Arena.

Mesmo com a crise de 80, os militares sobreviveram até o fim de seu projeto. E na eleição de 1985, apesar dos imprevistos ocorridos, tais como a grave doença de Tancredo Neves, o governo deixou de ser militar e Tancredo Neves foi eleito Presidente da “Nova República”.

A Nova República que nascia em 85 era assumida por Tancredo, que faleceu algum tempo após a posse, deixando o cargo para José Sarney.

A Nova República foi instalada com o anúncio de implantar medidas austeras , tendo o déficit público como enfoque principal. Os gastos seriam reduzidos e o aperto monetário

seria forte. Procurava-se medidas que trouxessem benefícios a curto prazo- como a imagem conservadora que agradaria ao FMI e , portanto, permitiria ganhar tempo para que a nova equipe econômica analisasse a situação econômica real deixada pelo governo militar.

A campanha de Tancredo Neves foi baseada em um tipo de “pacto social”²², uma vez que a população depositaria suas esperanças em um governo que prometia acabar com a inflação.

A economia estava com alta dependência externa e passava por problemas. Havia o agravamento do desequilíbrio fiscal, a política cambial desordenada e o governo atuava sobre o controle de câmbio. A inflação começa com 50% ao ano e termina com 200% ao ano evidenciando a ineficiência da política econômica na expectativa de inflação. O período se caracterizava pela indexação dos salários, correção monetária, controle de preços e taxa de câmbio.

Eduardo Modiano²³ apresenta suas idéias quanto ao estado da economia brasileira no ano de 1985. É importante observar que, para ele, as teorias de defesa ao Plano Cruzado- que veremos no próximo capítulo- baseavam-se na conjuntura econômica do período. Esse plano era visto como meio de eliminar duas mazelas: a inflação do país que vinha em ritmo acelerado e a recessão de 81 e 83 que agravou ainda mais o cenário econômico do país.

Havia a perspectiva de inflação acelerada desde o início do governo. As correções monetárias e cambial foram alteradas desde o mês de março. Impuseram a prefixação mensal da correção monetária e cambial em substituição do método de pós fixação- acreditava-se que tal atitude amenizaria as flutuações ao longo do mesmo mês.

Até 1983, as fórmulas de correção monetária visavam a realimentação inflacionária, que representa a influência da variação passada sobre a corrente e a futura. Os reajustes

²¹ MATTOS, Antonio Carlos Marques. *A Inflação Brasileira: uma abordagem prática e moderna antes e depois do choque*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1987

²² Referência à obra Thomas Hobbes “O Leviatã”, em que tal pensador discute a respeito da formação da sociedade através do pacto social.

²³ MODIANO, Eduardo, *Da Inflação ao Cruzado*, Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1986.

seriam uniformes ao longo do mês- eliminava-se, com isso, a especulação em torno da data e do percentual do reajuste de preços e salários.

A suspensão desses ajustes, que estavam programados para abril de 1985 era justificada por duas razões. A primeira era o fato de que com a restauração dos controles, os segmentos industriais acreditavam que suas margens de lucro aumentariam, então pressionavam o governo. A Segunda razão para a suspensão dos ajustes era a generalização da prática de registrar preços em função da inflação futura – e não passada.

Modiano percebeu que para que surtiram efeitos significativos a médio prazo, os ajustes deveriam ter prazos de ajuste mais extensos, para que a memória na fórmula seja de pelo menos 3 meses. Entretanto, como os reajustes não são simultâneos, o momento em que se encontra a transição entre os períodos, pode não ser o ideal. As distorções na relação dos preços congelados pode ser altas.

Em abril de 1985, houve queda de 12,7% para 7,2% devido, diz Modiano , a três fatores: oscilação “natural das taxas”, elevação dos preços agrícolas e controle de preços. Mesmo sendo a agricultura uma boa forma de combate à inflação ela não é capaz de ser decisiva sobre esse assunto, já que o mercado internacional é cada vez mais rígido. Além disso, o governo apresenta política de preços mínimos e impede que diferenças entre demanda e oferta dos produtos tenha reflexo no preço já que o governo é um grande comprador.

Logo, diante desse quadro de preocupação com a estabilidade, a política econômica mostrou que objetivava estabilização de preços - uma vez que o PIB brasileiro começou a apresentar crescimento negativo e a inflação foi controlada no nível 200% ao ano .

O novo governo precisava ser legitimado pela população – e isso só seria possível a partir do restabelecimento da estabilidade econômica. a recessão vivida pelo país nos anos anteriores não era mais desejada já que o peso da política nessa transição, não só de presidentes, era muito relevante.

IV.1986-1989: OS FRACASSOS DA ESTABILIZAÇÃO

Diversos planos foram presentes no período 1986-1989, sendo de extrema importância analisá-los de forma a perceber os erros e acertos relativos com relação à economia brasileira.

Mas antes de analisar cada um deles, será apresentada a teoria de especialistas em inflação que buscaram analisar o período visando os conceitos teóricos no contexto conturbado da crise. Explicação sobre hiperinflação merece ser mencionadas, já que a inflação não desacelerava e indicava sua tendência de transformação.

IV.1 Estudos sobre Inflação crítica

André Lara Resende²⁴ em seu artigo para “Brasil: agenda para sair da crise - inflação e déficit público.” buscou refletir acerca das etapas da transformação da inflação crônica para a hiperinflação- risco especulado nesse período de aceleração inflacionária.

Ele define que o fenômeno estudado nos anos 60 e 70, e expresso na conhecida Curva de Phillips, era a inflação moderada. Ela “é a alta no nível geral de preços provocada pelo excesso de demanda que se manifesta de forma mais intensa na fase final dos ciclos de aquecimento da atividade econômica...Inflação moderada de um ou dois dígitos até os 15% ao ano, é excesso de demanda agregada...e a política monetária é o mais poderoso instrumento para controlá-la.”²⁵ Com essa explicação pode-se entender que as evidências empíricas encontradas nos anos 60 e 70 reforçaram as idéias da escola monetarista de Chicago sobre as causas e conseqüências da inflação.

²⁴ RESENDE, André Lara. *Da inflação crônica à hiperinflação: observações sobre o quadro atual*

²⁵ Id.,ibid.

A inflação crônica é definida por Lara Resende como “um processo de alta generalizada dos preços em ritmo mais acelerado e por um período de tempo suficientemente longo para que sejam desenvolvidos mecanismos generalizados de indexação retroativa dos contratos”. Isso significa que a sociedade fica condicionada a um ritmo de inflação que afeta os preços de todos os setores da economia. A demanda agregada que era considerada influente no processo inflacionário, passa a ter efeito nulo pois a inflação crônica fica insensível e se desenvolve com o fator da inércia .

Então, segundo ele, a transformação da inflação moderada em crônica está baseada principalmente na forma como se buscam combater os desequilíbrios estruturais da economia através dos planos de controle dos preços. Isso porque “a tentativa de extrair da sociedade excedente superior à taxa de poupança voluntária, está na base dos processos inflacionários crônicos.”²⁶ O governo tentando gerar excedente maior que a taxa voluntária dada a estrutura dos preços relativos provoca, portanto, a passagem para inflação crônica.

A solução dada por Lara Resende para conter esse processo seria uma política monetária inflexível pois tal política buscaria a recessão que derrubaria os salários e o câmbio. Entretanto, como o próprio autor admite, essa solução para a eliminação do processo inflacionário é muito custosa politicamente visto que o desgaste frente a sociedade perante uma recessão que levaria a uma queda do nível de atividade da economia e de emprego. Assim sendo, a acomodação monetária prevalece como forma de enfrentar os desequilíbrios estruturais.

Já Francisco Lopes²⁷ demonstra que o programa de Ação Econômica do Governo PAEG foi muito importante para a baixa da inflação devido as medidas austeras implementadas. Entretanto, ele explica que isso não caracterizou o movimento na direção da volta da consciência de estabilidade-característica para ele essencial para se eliminar o processo inflacionário.

²⁶ RESENDE, André Lara. *Da inflação crônica à hiperinflação: observações sobre o quadro atual*

²⁷ LOPES, Francisco. *O Desafio da Hiperinflação*, Rio de Janeiro Ed. Campus, 1989

Ele apresenta como a estabilidade dos preços é vista quando a velocidade da alta dos preços se altera. Quando a aceleração dos preços é menor que 5% ao ano, a estabilidade continua prevalecendo na sociedade. Entretanto, com a aceleração inflacionária, a sociedade não fica mais condicionada a acreditar na estabilidade dos preços e vê a inflação futura como algo certo.

A idéia do autor é que a consciência inflacionária vai sendo difundida até o ponto em que a sociedade atinge o estado da inflação aberta, em que o conceito de inflação zero, isto é, estabilidade de preços não é mais aceito.

Para que fosse eficiente até esse ponto, seria necessário um processo mais forte de ruptura inflacionária. Lopes também acha que a inflação vivida pelo país nos anos posteriores ao governo militar se devem à opção gradualista de combate ao processo inflacionário “a passo de cágado”²⁸ e pela oficialização da indexação através das regras de correção monetária. Logo, tais fatores impediram que a sociedade atingisse a tranquilidade de não encarar a inflação como certa.

O movimento de alta nos preços tem indicado o risco de transformar-se em hiperinflação após tantos planos e choques heterodoxos. O medo da transição da inflação moderada para hiperinflação foi analisada por alguns autores. André Lara Rezende²⁹ expõe com muita propriedade os fatores de tal fenômeno.

A consciência da sociedade de que a inflação fazia parte da economia transforma-se em “desespero inflacionário” já que a velocidade atinge níveis muito altos que torna o uso da moeda nacional ineficiente. Os mecanismos de indexação instalados na economia brasileira se vêem obrigados a impor altas doses de correção monetária para que o mecanismo fosse útil.

A solução encontrada pela sociedade em tempos de hiperinflação para reduzir sua perda real na renda é utilizar moeda estrangeira como forma de reserva de valor, meio de

²⁸ SIMONSEN, Mário Henrique. *Brasil-2001 op.cit.*

²⁹ RESENDE, André Lara. *Da inflação crônica à hiperinflação: observações sobre o quadro atual*

pagamento e unidade de conta. Isso traduziria a transformação de usar moeda estrangeira como a moeda do país, também chamada dolarização.

Logo, esse receio em relação a todas essas conseqüências provenientes de um ambiente de hiperinflação provocou a busca de diversas formas para controlar a aceleração de preços.

Nos meados dos anos 80, as discussões acerca do déficit público como causa da inflação, isso porque gastando mais do que arrecada, o governo necessita financiar este excesso através da emissão de moeda. Essa emissão pode também ser causa da sustentação dos altos preços, mas quando a economia está vivendo em inflação essa emissão torna-se decorrente das políticas de indexação que exigem um crescimento da quantidade de moeda.

Lopes, entretanto, apresenta que essa opção não é única: é possível que o governo aumente a dívida pública mesmo em alta inflação e o estoque de moeda dominado pela moeda indexada, a emissão de moeda é conseqüência desta situação e não da própria inflação. Conclui-se a partir disso que o déficit público financiado pela emissão de moeda traz fatores acelerativos da inflação.

A taxa de inflação da economia brasileira no início da nova república crescia de forma acelerada. Tal fato prejudicava as intenções do governo com relação ao crescimento do PIB e as demandas sociais. Resolveu-se dar uma chance as teorias de combate a inflação que defendem programas heterodoxos – aqueles que não se utilizam das políticas monetárias e fiscais apenas.

No Brasil a adoção dos planos de estabilização da década de 80 deveu-se principalmente a aversão dos governantes guiados por políticas ortodoxas que produzem recessão e queda de desemprego para reduzir a inflação. Assim era mister o apoio da sociedade ao governo civil.

A segunda metade da década de 80 foi recheada de programas que visava eliminar a inflação que se perpetuava no tempo e as pressões de demanda de forma heterodoxa.

Considerado um dos grandes economistas do Brasil, Mário Henrique Simonsen³⁰ analisou as fases da história econômica brasileira. Ele enumera certos problemas acerca da economia brasileira.

Simonsen afirma que apesar dos diagnósticos da inflação tenham progredido nesses últimos anos de forma a permitir um maior entendimento do processo, ele acredita que as maneiras de combate à inflação não acompanharam esse avanço teórico, já que na prática os governos continuavam a não saber lidar com recessão, indexação e outros obstáculos para a estabilização.

Outra mazela brasileira citada por Simonsen e que diz respeito à inflação seria o caminho adotado pelos governos passados para sobreviver a ela. A indexação, como escreve Mário Henrique Simonsen, “prestou imensos serviços à economia brasileira” mas, no entanto ela acabou introduzindo “moedas” paralelas(ORTNzação), e não a estabilização do nível de preços. O reajuste dos setores econômicos de forma desigual provocou a tendência da população em querer ser remunerada através da moeda que estava mais valorizada atrapalhando o controle da inflação.

Por último, o fato do governo procurar tentar eliminar o problema do conflito distributivo através da inflação também é agravante para a economia brasileira- uma vez que, a inflação era resultado em parte da forma de administração governamental, ou seja, da interferência do governo nos preços, salários e taxas de câmbio na tentativa de minimizar o conflito distributivo, e não consequência do problema por si só.

Conhecendo as teorias acerca da inflação crítica, os planos de estabilização desse período e seus resultados são analisados nas páginas seguintes.

³⁰ SIMONSEN, Mário Henrique. *A inflação e o Pensamento Econômico Brasileiro*, 1989

IV.2 Plano Cruzado (28/02/86)

Em fevereiro do ano de 1986, o Plano Cruzado entrou em ação no Governo de José Sarney. Com sucesso inicial razoável, mas não sem capacidade de sustentar-se, o plano incide mais sobre a renda da sociedade (preços e salários), sendo considerado um plano heterodoxo por diversas correntes.

Este programa, foi implementado através de decretos do Executivo, demonstrando que o governo estava colocando o problema da inflação como prioridade. Esse plano atacava os quatro elementos de indexação na economia brasileira. Preços, salários, correção monetária e taxa de câmbio eram modificados através do congelamento, implicando na distorção dos preços relativos. As bases³¹ do plano, então, eram: i) reforma monetária, com a introdução de uma nova moeda, o cruzado (Cz\$), com cotação Cz\$ 1 = Cr\$ 1000; ii) fixação de todos os preços nos níveis praticados em 27 de fevereiro, sendo que, no caso de alguns produtos, estes preços foram posteriormente reajustados; iii) introdução de regras de conversão de cruzeiros para cruzados em contratos e obrigações de pagamento em geral; iv) novas legislações para reajustes de salários e aluguéis; v) eliminação da indexação em contratos não-financeiros; vi) criação de um novo índice de preços, visando registrar a inflação a partir do início do plano; vii) nova política cambial.

Na economia, notou-se que o efeito distributivo da inflação permanece, sendo o objetivo do plano de estabilização eliminar a inflação para que os outros fatores da economia não fossem prejudicados.

A tentativa de contornar a situação de inércia inflacionária e seu mecanismo distributivo deturpado se fazia através do congelamento de preços. A falha clara desse mecanismo era a distorção nos preços relativos que não era corrigida.

Todavia, como foi visto no país com a implantação do Cruzado II, que foi apenas uma tentativa de “oxigenação” no Plano Cruzado extinguindo o congelamento, os salários reais foram corroídos pelos reajustes corretivos dos preços propostos pelo plano. Esta regra de

indexação não teve sucesso por ter como base de reajustes os índices de inflação do mês presente, ou seja, algo que não tenha sido apurado. Isso induz em um desequilíbrio que desemboca no fracasso do plano. O Plano Cruzado intencionou realizar uma ruptura desse processo inflacionário. Mas o resultado foi um maior do nível de inflação, que passou para 800% ao ano.

Criou-se vetor de preços, em que se considerava a inflação da média do mês posterior sobre a inflação do mês anterior que é o índice da inflação IPC- índice que seria criado a partir do início do plano.

O resultado percebido com a implantação desse plano sobre atividade econômica foi a transformação da trajetória para o tipo “vaga-lume” (acende-apaga). Essa forma significa que as vendas caíam muito antes da implantação de um novo plano uma vez que todos sabiam que estava para ser adotado. Entretanto, após a adoção do plano, um incremento nas vendas em geral acontecia, já que a população tentava se aproveitar dos preços congelados pelos decretos porque era sabido que seria uma situação temporária.

A conversão para a moeda Cruzado das obrigações de pagamento em cruzeiros, sem cláusula de correção monetária, foram tratadas como se incorporassem uma expectativa de inflação. Todavia, tais expectativas não se concretizaram e então para reduzir as transferências de renda de devedores para credores, decorrentes da inflação zero depois do plano, estipulou-se uma desvalorização diária do cruzeiro de 0,45% em relação ao cruzado, o que corresponderia a uma inflação mensal de 14,42%. Foi divulgada uma tabela conhecida como Tablita com os fatores de conversão válidos para os pagamentos denominados em cruzeiros e com prazo de vencimento após o início do plano.

Estes fatores de conversão foram aplicados para um período de 12 meses após o início do programa. Os valores a serem pagos em cruzeiros eram deflacionados no processo de conversão para cruzados, utilizando-se os fatores de conversão na Tablita. O mesmo

³¹ FONSECA, Manuel Alcino da, *O Processo Inflacionário: a análise da experiência brasileira*, Petrópolis, RJ, Ed. Vozes, 1995

procedimento foi adotado no caso de obrigações de pagamento com cláusula de correção pré-fixada.³²

Os contratos de aluguel, as prestações do Sistema Financeiro da Habitação e as mensalidades escolares também foram convertidos para cruzados utilizando-se a média real obtida para períodos anteriores ao plano.

Os salários foram convertidos em cruzados utilizando-se a média dos salários reais nos seis meses anteriores ao plano. Nesses três planos, Também foi concedido um abono de 8% a todos os assalariados. O salário mínimo foi fixado com um ganho de 16% em relação ao valor real médio dos seis meses anteriores. Tais atitudes configuraram a tentativa de redistribuição de renda juntamente com o plano de estabilização.

Além disso, foram introduzidos o gatilho salarial- reajuste automático sempre que a inflação atingisse 20% - e um reajuste previsto na data-base de cada categoria, que seria, no mínimo, de 60% da inflação do período. Essas formas de indexação salarial foram idealizadas na crença de que a inflação não subiria, e, portanto, a sociedade empregadora não sofreria pressões com aumento dos salários. Entretanto, o que foi visto foi uma grande efeito sobre a demanda agregada.

A desindexação da economia era também um dos norteadores do Plano Cruzado. A Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional (ORTN) , indexador muito atualizado que atualizava o valor em cruzeiros mensalmente de acordo com a inflação, foi eliminada. No entanto, foi criado um novo título público, a OTN, com valor fixado em Cz\$ 106,40, e que deveria permanecer fixo nos 12 meses posteriores ao início do plano. Esse título seria corrigido uma vez por ano a partir da inflação do período. Os contratos de Curtíssimo Prazo, inferior a um ano, tiveram suas correções monetárias proibidas, sendo apenas exceção o contrato de caderneta de poupança, que passou a ter correção trimestral.

Os efeitos do Plano Heterodoxo de 1986 não foram satisfatórios. Apesar de no início do plano a inflação Ter caído sensivelmente (17,7%am), ao final do plano a inflação tomou

³² Id.,ibid.

novo fôlego e chegou aos 11,2%am. Os esforços visando a transformação da sociedade que temia a hiperinflação não foram efetivos nesse ano de 1986, e a inflação chegou a 800% anuais.

A partir da análise do Plano Cruzado, percebe-se que a ausência de políticas fiscal e monetária foram usadas como mesma estratégia nas oportunidades de estabilização dos anos seguintes.

IV.3 Plano Bresser(12/06/87)

O segundo plano de estabilização adotado no País, denominado Plano Bresser elaborado por Luiz Bresser Pereira, iniciou-se em 12 de junho de 1987 e também usou as armas do Cruzado: congelamento de preços e salários, tablita e vetor de preços.

O Plano Bresser consistiu em um novo congelamento que durava 3 meses e criou uma mecanismo de indexação, o URP. Este é a média geométrica dos 3 meses anteriores da inflação. Corrigindo-se os preços pela URP, procura-se garantir uma estabilização gradual. Além disso, retirou-se o gatilho salarial implantado no Plano Cruzado.

Esse plano flexibilizou seu congelamento de preços em agosto de 1987. Apesar da significativa queda da inflação inicial, o nível de inflação sofreu um forte incremento, mantendo sua aceleração razoavelmente constante até o final de sua vigência. No entanto, o patamar em que a inflação atingiu ao final desse plano foi bem mais alto do que o Plano Cruzado deixou.

Os juros nominais ao longo deste plano estavam maiores que no ano anterior, a Selic foi em média cerca de cinco vezes ao do Plano antecessor. Isso indicou que a estratégia de política fiscal era forte. Era desejado obter uma redução do déficit, isto é, uma preocupação macroeconômica fazia parte do Plano Bresser.

Os resultados, entretanto, foram semelhantes aos do Plano anterior: após a queda inicial da inflação, esta voltou a se acelerar. Em dezembro de 1987, corria inflação no nível de 16%, o Ministro da Fazenda Bresser Pereira renunciou.

IV.4 Plano Verão(15/01/89)

Em janeiro de 1989, quando a inflação atingiu 37%, uma outra tentativa de estabilização foi adotada, chamada Plano Verão. O Plano Verão foi implantado quando o governo já estava desmoralizado, economicamente. No entanto, era necessário garantir um mínimo de governabilidade, principalmente pelas eleições diretas que se aproximavam.

Ele baseou-se em uma reforma monetária, com introdução de uma nova moeda cruzado novo com corte de zeros onde Cz\$ 1000 tornaram-se apenas NCz\$ 1. Houve também congelamento de preços e salários, eliminação da URP e a suspensão do sistema de indexação implantado no Plano Cruzado, a OTN, que foi congelada. Os mecanismos de vetor de preços, tablita; e fixação da taxa de câmbio também foram usados no Plano Verão.

A política fiscal no Plano Verão esteve ainda mais forte do que a anterior. Os níveis dos juros SELIC chegaram a atingir 40% mensais ao final do plano.

Os efeitos destas medidas foram, entretanto, ainda mais efêmeros que nos planos anteriores. Em abril de 1989, o governo foi obrigado a reindexar a economia usando o BTN (Bônus do Tesouro Nacional), título corrigido de acordo com a inflação. Em junho, a inflação já atingia a taxa mensal de 27%, subindo para 38% no mês seguinte - bem acima da situação encontrada na implantação do plano. O fenômeno de aceleração inflacionária continuou pressionando os índices para cima até desembocar num processo de tendência hiperinflacionária do início da década de 90.

IV.5. O Planeta e os Choques Heterodoxos

O mundo, nesse período a que se dedica esse capítulo, viu países implantando programas de inflação, de acordo com os braços mais fortes de suas sociedades. A aceleração inflacionária foi forte na década de 80, e já mostravam como os programas de indexação que afetavam os preços e salários. Eduardo Modiano³³ apresenta alguma considerações desses planos.

No México, em que o Partido Único apresentava forte participação dos trabalhadores, um pacto social era o regente da política. Em dezembro de 1987 implantou-se um choque com elementos ortodoxos, como ajuste fiscal e controle de crédito, e heterodoxos, como indexação baseada na expectativa de inflação.

No Peru, uma forte diferença entre a população e a atuação com redistribuição da renda produziam forte restrição externa. O Plano Inti em agosto de 1985 deu ênfase ao ajuste externo. O resultado desse plano foi a tendência de crescimento da inflação.

Na Bolívia, o Plano Nova Política Econômica em setembro de 1985 provocou recessão forte na economia que se encontrava em hiperinflação. O choque heterodoxo boliviano baseou-se em ajuste fiscal e liberalização de muitos setores da economia, tanto no mercado de bens e trabalho. No entanto, as regras de indexação foram derrubadas.

Israel implantou o Programa de Estabilização em Julho de 1985 com o apoio dos EUA. O choque heterodoxo israelense apresentou rigidez na política monetária e ajuste fiscal obtendo congelamentos periódicos como resultado.

O Plano Austral argentino em junho de 1985 teve um aperto monetário e ajuste fiscal como características. A inflação continuou a subir e, a cada surto de subida de preços esse plano era reeditado até 1987.

O choque heterodoxo brasileiro representativo do período é o Plano Cruzado em 1986, onde percebeu-se a tentativa de eliminar o conflito distributivo, como foi analisado no período anterior.

³³ MODIANO, Eduardo, *Terceiro Choque X Primeiro Pacto*. PUC/RJ.1988.

IV.6. Os anos de 86 a 89 por Simonsen

Mário Henrique Simonsen³⁴ também reflete sobre o período dos choques heterodoxos analisando o que ele acredita que não foi alcançado para eliminar com a inflação.

Ele explica que nos choques de 86, 87 e 89 o governo não se dedicou a todos os lados causadores do efeito inflacionário: o déficit público, a expansão monetária e a política de rendas não foram tratados concomitantemente. Assim sendo, tais tentativas de eliminação da inflação se focaram apenas na política de rendas e não foi-se implantada a austeridade monetária e fiscal simultaneamente ocasionando o fenômeno inflacionário pelo lado da demanda.

Simonsen apresenta também a idéia de que congelamento de preços não tem como provocar as conseqüências esperadas pelo governo. Então, após o congelamento dos preços, caso exista pressão pela demanda de mão-de-obra como ocorrida no plano Cruzado, ou por ação da Central Única dos Trabalhadores(CUT) como foi no Plano Verão, visando maiores salários, o congelamento não consegue se manter e cede por causa dos princípios capitalistas básicos de que a empresa visa lucros. Por outro lado, Simonsen diz também que caso a demanda exceda a oferta no nível do congelamento, haverá escassez dos bens e serviços e excessos de filas, ao invés da inflação de preços.

Com isso, Simonsen tenta demonstrar que as operações de combate ao processo inflacionário nesse período foi falho pois planejavam planos que não afetaram os níveis de produto nem de emprego com o refreamento da inflação. Para ele, o governo neste momento da entrada dos anos 90 deveria buscar a simplicidade através de uma autoridade monetária independente que seria um Banco Central objetivo, focado realmente apenas na saúde monetária. Para Mário Henrique Simonsen, o grande obstáculo para o fim da inflação estaria exatamente nesse ponto: os economistas brasileiros deveriam aceitar que para enfrentar a inflação existe um preço- e este pode ter a forma de recessão temporária.

³⁴ SIMONSEN, Mário Henrique Simonsen. *30 anos de indexação*. Ed. FGV, 1995

V.1990-1992: O MEDO DA HIPERINFLAÇÃO

O governo de Fernando Collor foi o primeiro governo eleito pelas eleições diretas após o regime militar. No início da década de 90, algumas atitudes tomadas seriam determinantes à definição da conjuntura brasileira dos próximos anos, nos quais se observaria a queda da inflação.

No Brasil é o Plano Collor I(16/03/90) que promoveu um congelamento temporário como objeto secundário e tinha o combate à inflação como objetivo primordial através da desvalorização do câmbio para depois deixá-lo valorizar como flutuante.

Os métodos usados no Governo Sarney como a Tablita e vetor-preços deixaram de ser usados nesse Plano. O confisco de ativos financeiros e o início das privatizações também foram características “inovadoras” desse plano, que apresentava a ministra Zélia na liderança.

Esse plano teve o confisco dos ativos como elemento-surpresa a seu favor, uma vez que isso é importante para se perceber os reais efeitos de um plano de estabilização. No entanto, o congelamento dos preços já era conhecido pela população e não provocou diferença na forma de se lidar com essa situação.

O descongelamento foi feito em Maio de 1990 , quando a economia brasileira apresentava acentuada queda no déficit público, juros altos e ágio no câmbio.

Quando em fevereiro de 1991, ocorreu o segundo congelamento de preços e salários realizado no governo Collor, sentia-se que a política econômica estava perdida, deixando mais forte a visão de que o combate à inflação havia fracassado.

Os efeitos do Plano Collor II não apresentaram muitos dados relevantes uma vez que sua meta era “ganhar tempo”. A redução da inflação no início foi superada rapidamente, a reindexação através BTN foi substituída pela TR e a Tablita foi novamente introduzida na economia. Esse fracasso provocou a queda da Ministra Zélia em Abril desse ano.

Em maio de 1991, tomou posse uma nova equipe econômica, liderada pelo Ministro da Fazenda Marcílio Moreira, que compartilhava a visão de que o combate ao processo inflacionário dependia da estabilidade das relações econômicas e do respeito às regras de mercado. O principal objetivo da política econômica passou a ser a recuperação da credibilidade do governo junto à sociedade.³⁵

Diferentemente, desde o Plano Cruzado, a estratégia econômica do governo passou a seguir efetivamente uma linha ortodoxa, e tudo indicava que as experiências heterodoxa encerraram-se no País.

A nova equipe econômica buscava o controle dos gastos públicos, visando obter um equilíbrio fiscal no conceito “operacional”, buscando controlar a expansão dos meios de pagamento. Ao mesmo tempo, um profundo ajuste fiscal através de reforma do sistema tributário e pelo corte de gastos.

Entretanto, o desgaste político sofrido por Collor após o fracasso dos dois planos de estabilização e após a descoberta de corrupção entre pessoas da sua confiança produzindo processos contra ele, dificultaram a realização deste ajuste.

A estabilidade da trajetória da inflação foi um resultado válido gerado pela equipe de Marcílio. Na ausência de mudanças acentuadas nos elementos básicos de custo (câmbio, preços dos produtos primários, tarifas públicas e salários), normalmente denominadas de

³⁵ FONSECA, Manuel Alcino da, *O Processo Inflacionário: a análise da experiência brasileira*, Petrópolis, RJ, Ed. Vozes, 1995

"choque de oferta", a inflação converge para a taxa de expansão da liquidez. Com a liberalização dos preços, ocorrida gradualmente a partir de maio de 1991, verificou-se uma aceleração da inflação, decorrente do realinhamento dos preços relativos.

Com a estabilização da inflação em 15% mensais, notou-se que esse nível refletia o nível de liquidez da economia brasileira. A base monetária se expandia com a devolução dos ativos confiscados do Plano Collor I e pela liberalização de entrada de capitais.

A trajetória estável da inflação foi novamente perturbada pela maxidesvalorização cambial ocorrida em setembro e que elevou as taxas de inflação acima de 25% mas voltou a estabilizar-se em torno de 20%, apresentando até uma tendência de queda antes do início do processo de "Impeachment" do Presidente Collor.

Manuel Fonseca³⁶ diz que, a partir da experiência desse período, na ausência dos chamados "choques heterodoxos", a inflação mantinha-se, pelo menos, estável. Ele acreditava que a aceleração inflacionária era proveniente das próprias tentativas econômicas não-convencionais.

Entretanto, após o afastamento de Collor e a posse do VicePresidente, Itamar Franco, o rumo da política econômica continuou a apresentar-se nebuloso.

O titular do Ministério da Fazenda, sociólogo Fernando Henrique Cardoso, realizou a proposta de implantação de um novo plano de estabilização, que ficou conhecido como Plano Real, e cujo sucesso inicial acabou conduzindo-o à Presidência. Esse plano consistiu em aplicar propostas heterodoxas desenvolvidas no início da década de 80 e que, até então, não havia sido tentada: a introdução de uma moeda indexada visando eliminar a espiral preços - salários. Seu maior problema era que, mais uma vez, a ênfase do combate à inflação estava na eliminação da indexação, como havia sido a tônica dos demais programas heterodoxos, e não no controle da demanda nominal³⁷.

³⁶ FONSECA, Manuel Alcino da, *O Processo Inflacionário: a análise da experiência brasileira*, Petrópolis, RJ, Ed. Vozes, 1995

³⁷ Op.Cit.

VI. CONCLUSÃO

A principal motivação desse trabalho de final de curso foi a curiosidade acerca do fenômeno inflacionário. O caminho percorrido pela economia brasileira na luta contra a inflação apresentou diversos obstáculos que exigiram medidas no âmbito não só de política econômica, mas também social. Estudar os momentos de sofreguidão da Economia do País na busca pela estabilização é, portanto, procurar entender o presente do Brasil.

O sistema econômico brasileiro está constantemente passando por adaptações. No entanto, o choque do Petróleo em 1973 demonstrou que era necessário encarar a política econômica com mais atenção. O rumo pelo qual a economia vinha seguindo desde o PAEG apresentou-se ineficaz. Tanto as expectativas de inflação quanto o crescimento do PIB apresentaram resultados bem piores do esperado - como foi visto em cada etapa nesse trabalho. Diversas reformas estruturais foram colocadas em prática como tentativas de desvencilhar o país de crises econômicas. Planos ortodoxos e heterodoxos tentaram resolver as mazelas brasileiras durante os anos aqui estudados.

O regime militar teve um grande papel na construção dessa atual relação do Brasil com a inflação. Seus objetivos políticos terminavam por recrudescer as mazelas econômicas que surgiam ao longo da trajetória histórica. O uso de produção privada direcionada aos setores chamados “estratégicos” era a base dos planos da ditadura.

Ao longo dessa dissertação, também demonstrou-se que a proposta redemocratizadora do final do período militar apresentava como pilares de sustentação econômicos uma distribuição de recursos mais , com investimentos direcionados a minimizar os conflitos distributivos da época.

O Governo Sarney enfrentou o desafio de assumir o primeiro governo civil depois de tantos anos, em nome de Tancredo Neves que faleceu pouco depois da posse. Diante desse contexto, seu governo sofreu questionamento a respeito de sua legitimidade já que José Sarney era o vice da chapa eleita de forma indireta na transição do sistema político. Esse tópico foi mais além e provocou dúvidas a respeito da Constituição Federal promulgada em 1988, uma vez que esta lei suprema era constituída e aprovada por um presidente que possuía oposição à sua credibilidade para o cargo. Assim sendo, o governo Sarney demonstrava possuir muitos obstáculos além dos econômicos

Os planos de estabilização propostos nesse período demonstram que o Estado procurava, a todo custo, eliminar o processo de inflação – um problema que se tornou parte integrante da Economia Brasileira nos anos que subsistiram a esse governo. A criatividade dos economistas estava canalizada para a descoberta de uma forma de retirar o fator inercial do processo inflacionário. Entretanto, tantos esforços foram úteis apenas como experiência: os planos fracassaram e empurraram ainda mais para cima o patamar dos índices inflacionários.

Após os Planos Cruzado, Verão e Bresser, em um ambiente de inflação que tendia a níveis hiperinflacionários, deu-se início ao Governo Collor. Esse governo destacou-se pela abertura comercial brasileira, privatização e fim do controle de preços. Esses fatores são característicos da nova fase de interpretação econômica brasileira. As análises indicavam que tomando esse rumo a economia sofreria um colapso: hiperinflação seria consequência imediata juntamente com a quebra da indústria doméstica e do Estado. Entretanto, a conjuntura do Governo Collor demonstrou que tal análise estava exagerada, uma vez que as más consequências imaginadas não foram concretizadas. Os resultados do Governo Collor permitiram proporcionar uma base para a implantação de uma estratégia que tivesse sucesso na derrubada inflacionária. Esse plano de estabilização, que de certa forma era encarado como “salvador”, foi o Plano Real - plano que ainda luta para manter a baixa inflação apesar de todos os problemas de matéria interna e externa que atropelaram a Economia Brasileira.

É notório, portanto, que a continuidade da busca pelo fim da inflação ainda consta nos itens eleitorais do próximo ano. Todavia, as experiências até aqui vivenciadas serviram

para esclarecer alguns pontos que estavam nebulosos com relação ao formato da trajetória inflacionária. Foi possível esclarecer o fato de que, principalmente em um país com inflação preocupante, as expectativas inflacionárias exercem uma força muito grande sobre os índices. Sendo assim, a sensibilidade “eventos futuros-preços” - provocada pela conjuntura externa, a legislação brasileira, assim como outros fatores- é muito grande em um país considerado, por aqueles que se chamam centrais, “em desenvolvimento”.

Atualmente, existem índices de risco que rotulam os países de acordo com sua performance financeira, não tendo como base apenas o histórico do país a ser analisado. O processo investiga a tendência futura indicada pelo país, buscando perceber se sua saúde financeira é boa. A partir disso, e também levando em conta o alto nível de globalização mundial, observa-se que a inflação tornou-se um problema não mais apenas de implicações de desequilíbrio nas contas internas. A inflação transformou-se em um índice de nível de confiança dos Estados Soberanos, visto que qualquer alteração do risco pode levar a um incremento extraordinário nos níveis de investimento. Entende-se, de posse dessa observação, que o processo inflacionário continua sofrendo mudanças em sua tipificação. Agora, ele é tratado como fator de discriminação perante o mundo da era globalizada e merece “terapias” cada vez mais sofisticadas.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Marcelo de Paiva(organizador), *A Ordem do Progresso*, Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1990.
- ARIDA, Persio (organizador) , *Inflação Zero : Brasil, Argentina e Israel*, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra , 1986.
- BONOMO,M., *Controle de Crédito e Política Monetária no Brasil em 81*, Tese de Mestrado ,PUC/RJ, 1986
- FONSECA, Manuel Alcino da, *O Processo Inflacionário: a Análise da Experiência Brasileira*, Petrópolis, RJ, Ed. Vozes, 1995.
- LAGO, Luís Aranha Corrêa do, *O Combate à Inflação no Brasil: uma política alternativa*, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra , 1984.
- LOPES, Francisco Lafaiete, *O Choque Heterodoxo: combate à inflação e Reforma Monetária*, Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1986.
- LOPES, Francisco Lafaiete, *O Desafio da Hiperinflação: em busca da moeda Real*, Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1989.
- MALAN, Pedro, *Os limites do possível: notas sobre balanço de pagamentos e indústria nos anos 70, in projeto em andamento INPES sobre o tema Industrialização e Setor Externo*, Rio de Janeiro, 1976
- MARTONE,Celso L..*Análise do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG)1964-1966*
- MATTOS, Antônio Carlos Mattos, *A Inflação Brasileira* , Petrópolis, RJ, Ed. Vozes, 1987.
- MODIANO, Eduardo Marco, *Da Inflação ao Cruzado* , Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1986.
- MODIANO, Eduardo, *Terceiro Choque X Primeiro Pacto*. PUC/RJ.1988.
- PEREIRA, Luiz Bresser, *Inflação e Recessão*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1984.

RESENDE, André Lara. *Da inflação crônica à hiperinflação: observações sobre o quadro atual*

SIMONSEN, Mário Henrique , *30 anos de Indexação*, Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas , 1995.

SIMONSEN, Mário Henrique. In VELLOSO, João Paulo dos Reis(coord) *Brasil: Agenda para sair da Crise- Inflação e Déficit Público*.

VELLOSO, João Paulo dos Reis (organizador), *Inflação, Moeda e Desindexação*, São Paulo, Ed. Nobel, 1994.